



Estatísticas criminais no Brasil: uma investigação da publicação de dados sobre segurança pública pelas secretarias estaduais

André José Ribeiro Guimarães

Doutor, Discente em estágio pós-doutoral, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/6602249498239668>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0874-7400>

Denise Fukumi Tsunoda

Doutora, Docente titular, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/8265885406314576>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5663-4534>

Submetido em: 05/10/2023. Aprovado em: 18/03/2024. Publicado em: 18/07/2024.

RESUMO

Introdução: A questão da violência no Brasil é marcada por elevados índices de homicídios e violência sexual, especialmente dirigidos a pessoas negras, jovens e mulheres. Embora a tecnologia seja utilizada para prevenir crimes, a ausência de dados confiáveis dificulta a elaboração de políticas eficazes no combate a esses e outros tipos de violência. **Objetivos:** Analisar a situação dos portais das secretarias estaduais de segurança pública do Brasil, com foco na disponibilização de dados e estatísticas criminais. **Metodologia:** Primeiramente, foram definidos os elementos a serem investigados nos portais com ênfase na disponibilização de dados criminais, comunicação das ações sobre violência doméstica, incluindo violência contra mulheres, crianças ou adolescentes. Em seguida, foram visitados os 27 portais estaduais para as coletas dos dados. **Resultados:** A análise indica que 22,2% das secretarias disponibilizam dados de forma que possam ser trabalhados e permitam análises aprofundadas, 77,8% apresentam relatórios estatísticos, embora esses relatórios não mantenham, entre si, padronização de formato, dados, metadados ou layout. Por outro lado, foi constatado que 96,3% dos sites analisados possuem sistemas de notícias para disseminar informações sobre segurança e que 74,1% possuem pelo menos um perfil em mídias sociais, indicando uma preocupação em manter a população informada sobre questões relacionadas à segurança. **Conclusão:** A questão dos dados sobre segurança pública no Brasil ainda precisa evoluir significativamente. Embora mais de 77% das secretarias estaduais pratiquem a divulgação de relatórios estatísticos, apenas seis delas disponibilizam publicamente os dados de maneira que possam ser analisados de forma mais aprofundada e com resultados mais significativos.

Palavras-chave: dados abertos; segurança pública; violência doméstica; feminicídio.

INTRODUÇÃO

A questão da violência é um problema extremo no Brasil, como evidenciado pelos números apresentados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (2022). Segundo o relatório, apesar de o país possuir 2,7% da população mundial, apresenta 20,4% dos homicídios registrados¹. Essa realidade é ainda mais alarmante quando são considerados os dados de desigualdade social. Para exemplificar, tem-se que do total de homicídios registrados no país, 77,9% são de pessoas negras, 50% possuem entre 12 e 19 anos e, 91,3% são do sexo masculino.

Além de homicídios, a violência sexual e a violência contra a mulher são tópicos que exigem atenção. De acordo com um levantamento realizado pelo Instituto Liberta em parceria com o Datafolha, cerca de 32% dos brasileiros afirmam ter sofrido agressão sexual antes dos 18 anos (Caseff; Balogh, 2022). Em 2021, foram registrados no Brasil 66.020 casos de estupros, 230.861 de agressão por violência doméstica, além de 597.623 de ameaça (FBSP, 2022). No entanto, esses números podem não refletir a realidade. Conforme destacado por Temer (2021), quando se trata de violência infantil, os números são ainda mais distorcidos, visto que não há dados suficientes e muitas ocorrências não são denunciadas. Essa falta de dados confiáveis dificulta a elaboração de políticas públicas eficazes para prevenir e combater a violência familiar e comunitária.

No entanto, quando os dados são registrados de forma confiável, a tecnologia tem sido empregada no auxílio da prevenção de crimes. O acesso, por parte dos órgãos competentes, a volumes crescentes de dados relacionados a ocorrências criminais possibilita análises, identificação de padrões e tendências, além de permitir a antecipação das atividades criminais, bem como melhor alocação dos recursos de segurança pública (Cesario; Catlett; Talia, 2016). Anderes *et al.* (2021) destacam o potencial de soluções tecnológicas contemporâneas como dispositivos inteligentes, nanotecnologia, sistemas de inteligência artificial associados a tecnologias de comunicação, como monitoramento por GPS, sistema de detecção de proximidade ou movimento.

Em relação aos dados criminais, não são apenas as autoridades que têm acesso e fazem uso desses recursos. Existe uma tendência de tornar público esse tipo de conteúdo, uma vez que sua disponibilização pode gerar soluções tecnológicas por parte dos cidadãos interessados em solucionar problemas locais, dos lugares onde vivem e trabalham (Desouza; Bhagwatwar, 2012). A publicação de dados criminais de forma aberta, como ocorre no Reino Unido desde 2011, tem basicamente três objetivos políticos: a) melhorar a credibilidade de estatísticas criminais perante a população; b) fornecer um serviço de segurança mais centrado na comunidade e; c) informar, engajar e fornecer subsídios à população para que os cidadãos participem dos esforços de prevenção ao crime (Tompson *et al.*, 2015).

1 A edição mais recente do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023) não apresenta a proporção de homicídios no Brasil em relação ao número registrado mundialmente.

De acordo com a organização Open Knowledge Brasil (2020, *online*), o conceito de dados abertos refere a “dados que podem ser livremente usados, reutilizados e redistribuídos por qualquer pessoa”. Para se enquadrar nesta classificação, os dados podem estar sujeitos, no máximo, à obrigatoriedade de atribuição da fonte e que sejam mantidas as regras iniciais no caso de compartilhamento. Além disso, para serem considerados abertos, os dados devem atender a três critérios: a) disponibilidade de acesso: os dados devem estar disponíveis de maneira adequada e modificável; b) reutilização e redistribuição: os termos de fornecimento precisam permitir a reutilização e redistribuição, possibilitando até mesmo a combinação com outros conjuntos de dados e; c) participação universal: sem discriminação, deve-se garantir que todos possam ser capazes de usar, reutilizar e redistribuir os dados (Open Knowledge Brasil, 2020).

Considerando o contexto em que a publicação de dados e estatísticas criminais desempenha um papel relevante no combate e prevenção ao crime, surge a seguinte questão: qual é a situação atual dos órgãos de segurança pública do Brasil em relação a esse tema? Portanto, este artigo tem como objetivo analisar os portais das secretarias estaduais de segurança pública do país quanto à disponibilização de dados e estatísticas criminais. Espera-se, como resultado, obter um panorama nacional sobre a publicação desses dados, tanto em termos de abertura quanto de disponibilidade.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

Na primeira etapa da pesquisa, classificada como descritiva, foram definidos os elementos a serem investigados nos portais das secretarias de segurança pública. As informações coletadas se relacionam, basicamente, à disponibilização de dados criminais, comunicação das ações das secretarias e ênfase dedicada à violência doméstica ou, mais especificamente, à violência contra mulheres e à violência contra crianças ou adolescentes. A lista de informações coletadas é apresentada no **QUADRO 1**.

QUADRO 1 – Dados coletados nos portais das secretarias de segurança pública

Nome do campo	Descrição	Tipo
Dados abertos	Se o portal disponibiliza os dados de forma aberta.	Não ou URL ²
Exportação de dados	Se o portal disponibiliza recursos para exportar os dados, ainda que não sejam considerados abertos.	Sim ou Não
Estatísticas	Endereço da página de estatísticas do portal, caso exista.	Não ou URL
Dashboard	Endereço da página com painel de dados do portal, caso exista.	Não ou URL
Tecnologia – Dados	Especificação de tecnologia relevante para a área de dados.	Texto
Notícias	Se o portal apresenta uma área de notícias.	Não ou URL
Seção–Violência contra Mulher	Se o portal apresenta uma seção de dados específica para violência contra mulher.	Não ou URL
Seção–Violência contra Criança	Se o portal apresenta uma seção de dados específica para violência contra crianças ou adolescentes.	Não ou URL
Seção–Violência Doméstica	Se o portal apresenta uma seção de dados específica para violência doméstica.	Não ou URL
Busca–Violência contra Mulher	Quantidade de registros retornados para a busca da expressão “violência contra mulher”.	Inteiro
URL – Busca – Violência contra Mulher	URL da busca pela expressão “violência contra mulher”.	Não ou URL
Busca – Violência contra Criança	Quantidade de registros retornados para a busca da expressão “violência contra criança”.	Inteiro
URL – Busca – Contra criança	URL da busca pela expressão “violência contra criança”.	Não ou URL
Busca – Violência Doméstica	Quantidade de registros retornados para a busca da expressão “violência doméstica”.	Inteiro
URL – Busca – Violência Doméstica	URL da busca pela expressão “violência doméstica”.	Não ou URL
Facebook	URL do perfil da rede social Facebook.	Não ou URL
Instagram	URL do perfil da rede social Instagram.	Não ou URL
Twitter	URL do perfil da rede social Twitter.	Não ou URL
YouTube	URL do perfil da rede social YouTube;	Não ou URL
Observações	Comentários sobre aspectos relevantes do portal.	Texto
Destaque	Se o portal apresenta uma característica de destaque em relação aos demais.	Sim ou Não

Fonte: Os autores (2023).

Após definir os elementos a serem buscados, a pesquisa seguiu para a etapa de visitação individual aos 27 portais das secretarias de segurança pública, correspondentes às unidades federativas do Brasil. A coleta de dados foi realizada entre os dias 30 de novembro

² URL, *Uniform Resource Locator*, indica o endereço localizador do recurso buscado.

e 04 de dezembro de 2023. Conforme, exibido no **QUADRO 1**, nos portais que apresentavam sistema de notícias com recurso de busca, foram realizadas pesquisas com as expressões “violência contra mulher”, “violência contra criança”, ambas no singular, e “violência doméstica”. Sempre que possível, optou-se pelo uso de aspas para buscar pela expressão exata.

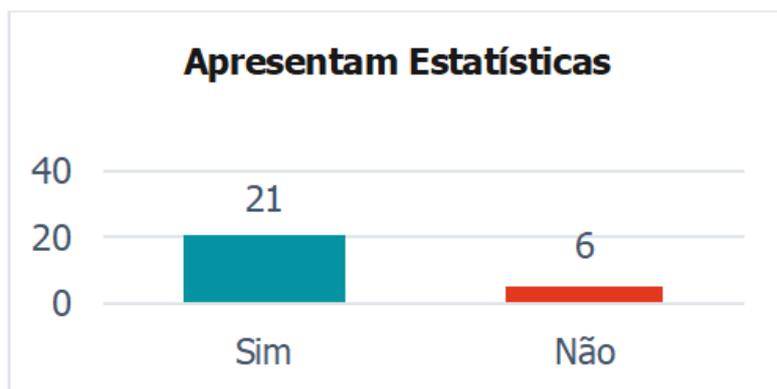
RESULTADOS

A análise dos dados coletados permitiu obter uma visão geral da publicação de dados e estatísticas da segurança pública no Brasil. As subseções, a seguir, agrupam os principais tópicos investigados durante a pesquisa, iniciando pela abordagem dos dados e das estatísticas, seguindo pela ênfase dada à prevenção de violência doméstica e, finalmente, adoção de notícias e mídias sociais.

Abordagem de dados e estatísticas

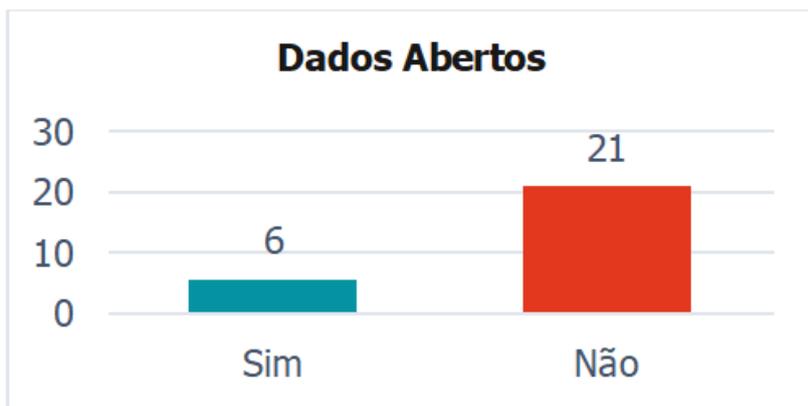
A divulgação de dados e estatísticas de ocorrências criminais é adotada em 77,8% dos portais visitados (**FIGURA 1**). Ou seja, das 27 secretarias de segurança, 21 divulgam estatísticas ao público, o que pode ocorrer de diferentes formas, como boletins periódicos de segurança, planilhas ou *dashboards*. A periodicidade dos boletins varia entre órgãos, sendo encontrados com frequência mensal, semestral e anual. Por outro lado, os dados foram considerados abertos em apenas seis portais (22,2%) (**FIGURA 2**). Os estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo foram os únicos que permitiram o acesso aos microdados no formato CSV (*Comma-separated values*) ou planilha, o que facilita a reutilização e redistribuição dos dados. Além dessas, outras três secretarias, Bahia, Paraná e Santa Catarina, permitem a exportação de arquivos com compilações de dados, sem acesso aos microdados (**FIGURA 3**), diminuindo o potencial de análise desses recursos.

FIGURA 1 – Distribuição dos portais que apresentam estatísticas criminais



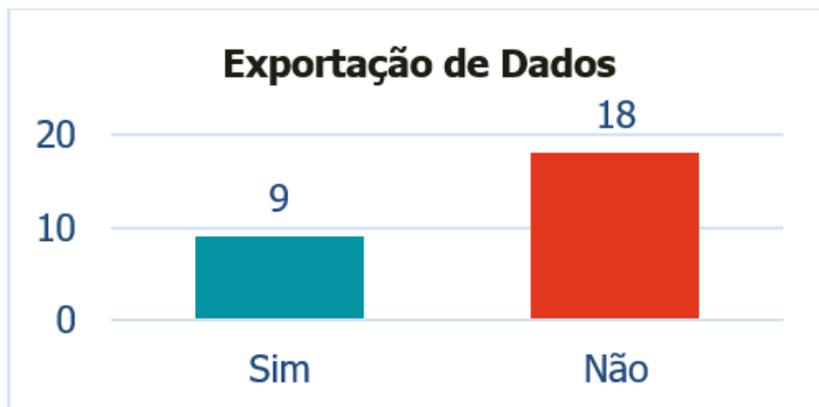
Fonte: Os autores (2023).

FIGURA 2 – Distribuição dos portais que disponibilizam dados de forma aberta



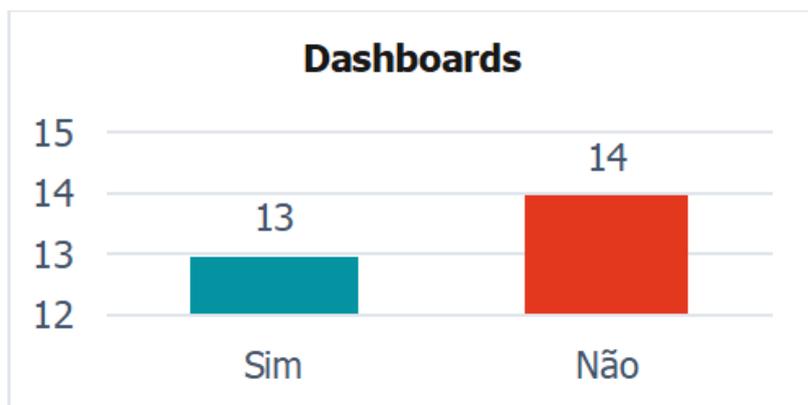
Fonte: Os autores (2023).

FIGURA 3 – Distribuição dos portais que oferecem recurso de exportação de dados



Fonte: Os autores (2023).

FIGURA 4 – Distribuição dos portais que apresentam painéis interativos de dados



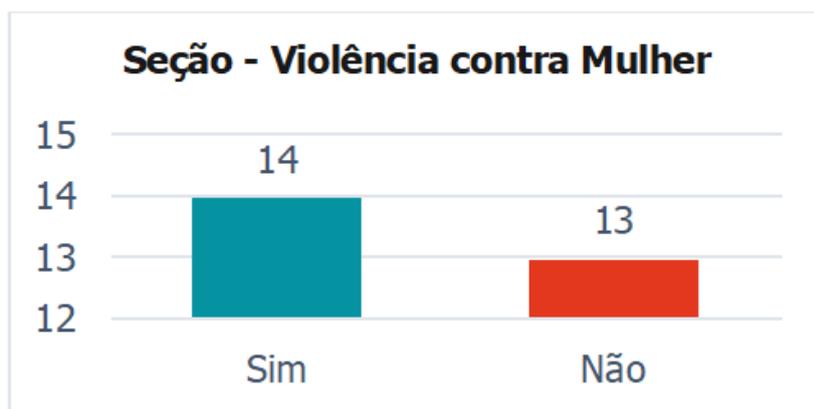
Fonte: Os autores (2023).

Por fim, foi verificada a presença de painéis interativos de dados (*dashboards*) em 48,1% dos portais analisados (**FIGURA 4**). Nestes casos, procurou-se identificar as tecnologias empregadas, sendo que o *PowerBI*³ foi a mais recorrente, utilizada em oito portais. As outras ferramentas identificadas foram *DataWrapper*⁴, *Flourish*⁵, *Google Looker Studio*⁶, *Qlik Sense*⁷ e *Tableau*⁸.

Violência contra mulher, violência contra criança e violência doméstica

Em relação à violência doméstica, que na pesquisa foi representada pelas expressões “violência contra mulher”, “violência contra criança”, além da própria “violência doméstica”, não foi amplamente abordado pelos portais das secretarias de segurança pública. Conforme demonstrado na **FIGURA 5**, um pouco mais da metade dos portais (51,9%) apresenta uma seção específica para conscientização e prevenção da violência contra mulheres. O resultado para violência contra criança foi ainda inferior (**FIGURA 6**), com apenas duas secretarias dando ênfase à temática. No estado do Amazonas, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) evidencia a violência infantil por meio de seção chamada “Crimes contra menores” em seu *dashboard*. Além disso, o portal de Mato Grosso do Sul apresenta uma seção intitulada “Combate à Violência Contra Mulheres e Crianças” com links rápidos para serviços voltados a esse público, como ouvidoria e atendimento online. Para a expressão mais abrangente, “violência doméstica”, não foi possível encontrar nenhuma área que tratasse especificamente sobre o tema.

FIGURA 5 – Distribuição dos portais que apresentam uma área específica de Violência contra Mulher



Fonte: Os autores (2023).

3 Disponível em: <https://powerbi.microsoft.com/pt-br/>.

4 Disponível em: <https://www.datawrapper.de/>.

5 Disponível em: <https://flourish.studio/>.

6 Disponível em: <https://lookerstudio.google.com/>.

7 Disponível em: <https://www.qlik.com/us/products/qlik-sense>.

8 Disponível em: <https://www.tableau.com/pt-br>.

FIGURA 6 – Distribuição dos portais que apresentam uma área específica de Violência contra Criança



Fonte: Os autores (2023).

Foi possível realizar as buscas com as expressões definidas em 23 dos 27 portais analisados, com exceção das secretarias de segurança dos estados de Roraima, cujo portal estava em manutenção⁹, e de Amapá e Rondônia, onde os mecanismos de busca englobavam todo o conteúdo do governo estadual, extrapolando o conteúdo das secretarias de segurança. Além disso, na versão mais recente do portal da SSP de São Paulo a busca por notícias não funcionou. Verificou-se, no entanto, que os resultados obtidos para os estados do Espírito Santo e Rio Grande do Norte estavam muito acima do padrão, ultrapassando a casa de milhares de registros. Esses resultados foram considerados *outliers* e, portanto, foram excluídos da análise.

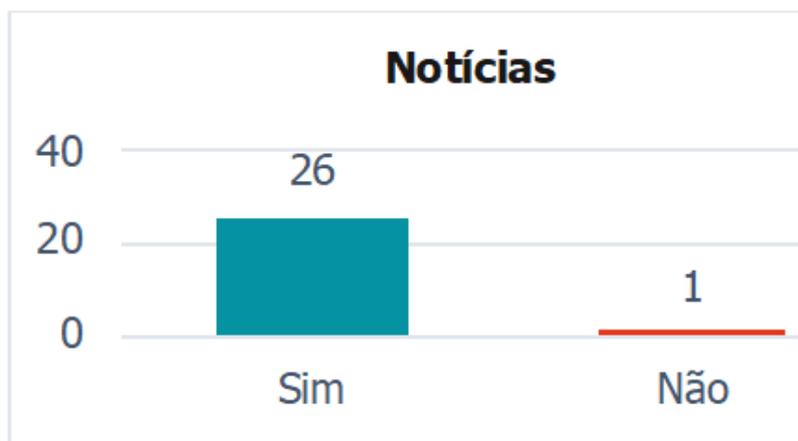
Com os dados de 21 portais, a expressão “Violência Doméstica” apresentou a maior média, com o valor de 179,1 (desvio padrão = 200,5, mediana = 82,5), sendo que o portal do estado do Mato Grosso apresentou o maior valor de registros (662), enquanto o estado do Acre foi o único a não nenhum registro. Já a expressão “Violência contra Mulher” apresentou a segunda maior média, com valor de 32,1 (desvio padrão = 37,9, mediana = 20,5), tendo a secretaria do Paraná a maior ocorrência (159 registros), e novamente, Acre foi o único a não retornar resultados. Por fim, a expressão “Violência contra Criança” apresentou a menor média, com valor de 13,4 (desvio padrão = 25,6, mediana = 2). A secretaria do Paraná também apresentou o maior número de registros nessa busca (106), enquanto quatro estados não retornaram resultados (Acre, Pará, Piauí e Rio de Janeiro). Salienta-se, ainda, que o estado do Acre não apresentou resultados para nenhuma das buscas realizadas.

9 Segundo pesquisa realizada com a ferramenta Wayback Machine, do portal Internet Archive, o site da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Roraima está em manutenção desde, pelo menos, 31 de janeiro de 2017 (<https://web.archive.org/web/20170131084414/http://www.sesp.rr.gov.br/>).

Notícias e mídias sociais

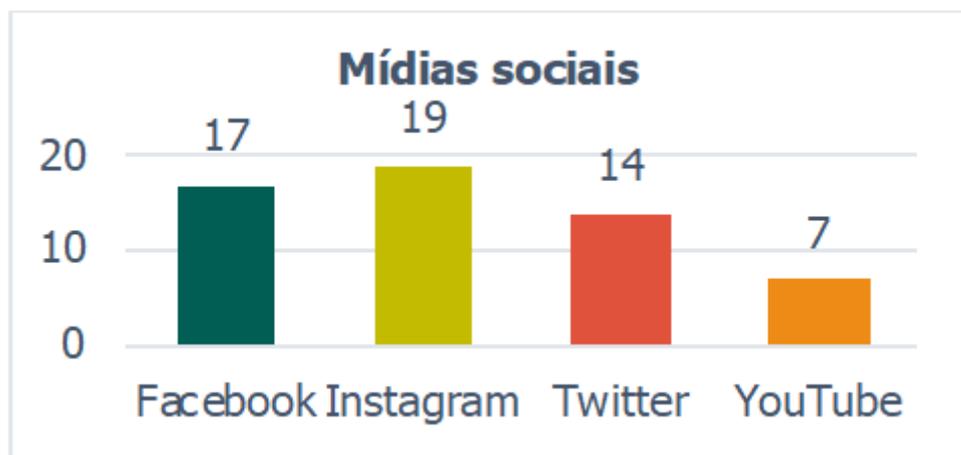
Em seguida, foram verificadas as formas de divulgação das ações das secretarias de segurança. Inicialmente, constatou-se que o meio mais utilizado para esse fim são os sistemas de notícias, adotados pela quase totalidade dos portais analisados, à exceção de Roraima cujo portal está em manutenção, conforme **FIGURA 7**.

FIGURA 7 – Utilização de sist. de Notícias



Fonte: Os autores (2023).

FIGURA 8 – Adoção de mídias sociais



Fonte: Os autores (2023).

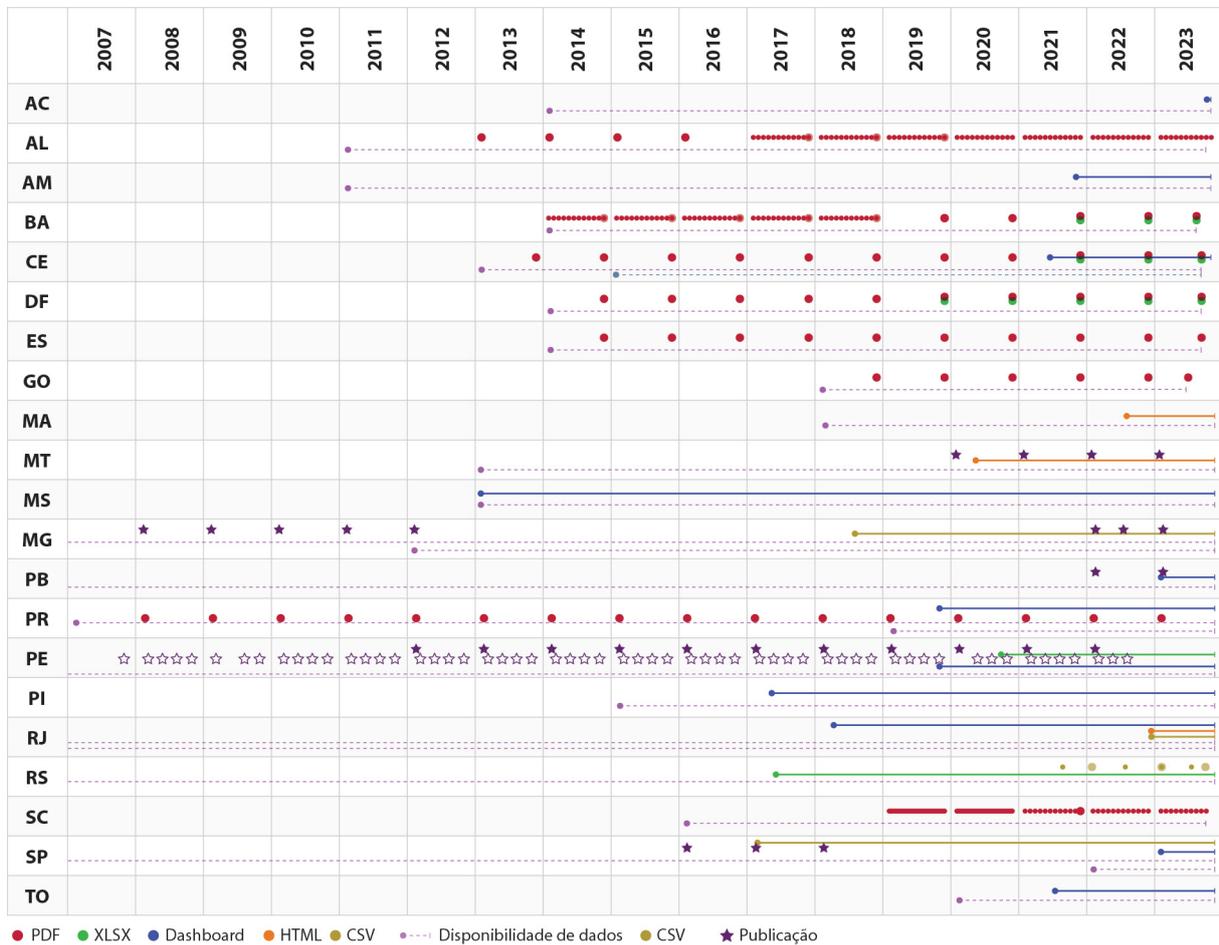
Adicionalmente, foi observada uma alta taxa de adoção de mídias sociais pelas secretarias de segurança para fins de comunicação, sendo que apenas seis delas, 22,2%, não apresentam *link* para páginas nesses tipos de sites. Como se observa na **FIGURA 8**,

o Instagram foi a mídia social mais adotada, presente em 70,4% dos portais analisados, seguido pelo Facebook, em segundo lugar (63,0%), X (antigo Twitter), em terceiro (51,9%), e YouTube, em último (25,9%).

Relatórios estatísticos

Como último procedimento de análise dessa pesquisa, foi verificado o histórico de publicação de dados e estatísticas relacionadas à segurança pública. Além da cronologia, buscou-se identificar os formatos nos quais esse conteúdo é publicado, a fim de obter de uma visão geral do cenário estudado. Os resultados obtidos são apresentados na **FIGURA 9** a seguir.

FIGURA 9 – Visão geral da publicação de dados e estatísticas criminais



Fonte: Os autores (2023).

Inicialmente, é possível verificar que a publicação de estatísticas criminais se intensificou a partir da década de 2010, especialmente após 2014. Antes desse período, identificou-se que três secretarias se destacavam na divulgação de informações sobre segurança pública em seus estados. Em Pernambuco, a primeira edição do “Boletim Trimestral da Conjuntura Criminal” foi lançada em fevereiro de 2008, apresentando dados do último

trimestre de 2007. Esse formato de boletins trimestrais foi mantido até o terceiro trimestre de 2022, coexistindo durante 11 anos com o anuário de criminalidade do estado, cujas edições tiveram início em 2011 e se estenderam até 2021. A partir de 2019, conforme indicado pela indexação do mecanismo Google, a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco começou a apresentar seus dados de segurança por meio do *dashboard* intitulado “Painel de Indicadores Criminais”, abrangendo informações desde o ano de 2004. Por fim, desde 2020, para os dados de Pernambuco, tornou-se possível a exportação de microdados relacionados a casos de crimes violentos, incluindo violência doméstica.

Outras duas pioneiras na divulgação de estatísticas criminais são as secretarias de Minas Gerais e Paraná. No portal do estado mineiro, estão disponíveis quatro versões do “Anuário de Informações Criminais de Minas Gerais”, referente aos anos 2007 a 2010, todas no formato PDF. Embora a versão de 2007 indique ser o quinto ano de publicação do anuário, as versões anteriores não estão disponíveis no site. Para o ano de 2011, há um arquivo com a compilação de indicadores de criminalidade no estado, mas o formato de anuário não foi mais utilizado. A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) de Minas Gerais também publicou relatórios semestrais sobre mortes violentas intencionais entre 2021 e 2022, complementando as publicações com análises estatísticas no portal. Além disso, o portal disponibiliza informações criminais compiladas datadas de 2004 e, a partir de 2012, dados disponibilizados de forma aberta.

Por outro lado, o estado do Paraná publica anualmente, desde 2007, seu “Relatório Estatístico Criminal”, destacando-se como uma das iniciativas mais antigas de divulgação de dados sobre segurança pública. A partir de outubro de 2019, a SSP paranaense passou a disponibilizar um painel interativo para visualização das estatísticas criminais, sem interferir na publicação do relatório anual. Contudo, ressalta-se que, no *dashboard* fornecido, não há dados anteriores ao ano de 2019, ao contrário do que ocorre em outras secretarias.

No caso do Rio de Janeiro, é possível obter dados desde 1991 nos arquivos abertos e desde 2003 no *dashboard*, tornando-se o estado com as informações mais antigas disponíveis. Outros casos observados de dados mais antigos incluem o portal do estado de São Paulo, que apresenta dados a partir do terceiro trimestre de 1995, e do estado da Paraíba, que contém gráficos com dados do ano 2000.

Quanto ao formato, observa-se um predomínio de arquivos PDF, amplamente utilizados em publicações como boletins, anuários e relatórios, bem como em compilações de dados no formato de tabelas. No entanto, esse uso frequente desse tipo de arquivo complica o processo de manipulação de dados. Nos últimos anos analisados, destaca-se um aumento na implementação de painéis interativos em diversos estados, incluindo Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco, Tocantins, Ceará, Amazonas, São Paulo e, por último, Acre.

A principal função desses painéis interativos é a sumarização dos dados, apresentando *insights* encontrados e comunicando resultados a públicos específicos, sem necessidade de estatístico profundo (Granville, 2014). Embora os *dashboards* possibilitem uma visualização

mais atualizada dos dados criminais, dado que a maioria é atualizada mensalmente, e facilitem o acesso para pessoas menos familiarizadas com a manipulação de dados, é importante notar que, quando os dados não são fornecidos de forma aberta, o potencial analítico é consideravelmente comprometido. Para amenizar essa situação, o fornecimento adequado dos dados aumenta a transparência dos órgãos governamentais, possibilitando que os cidadãos se envolvam ativamente nas questões de segurança pública (Desouza; Bhagwatwar, 2012).

DISCUSSÃO

De forma geral, a publicação de dados abertos é reconhecidamente uma ação benéfica para as organizações governamentais, pois promove maior transparência de suas ações, além de fomentar a participação e a colaboração pública (Bargh; Choenni; Meijer, 2017; Hardy; Maurushat, 2017). No entanto, os resultados da pesquisa indicam que essa prática ainda é pouco adotada pelas secretarias estaduais de segurança. O dilema entre a recomendação e a prática é discutido por Batitucci (2022), que ressalta a necessidade da gestão pública fornecer dados e informações sobre segurança aos cidadãos, mas também aponta a existência de inúmeros desafios de caráter técnico, político e institucional para essa tarefa.

A abertura de dados públicos, mesmo aqueles não relacionados à segurança, enfrenta três desafios típicos: privacidade, legado e interoperabilidade (Bargh; Choenni; Meijer, 2017). A questão da privacidade está diretamente relacionada à proteção de dados pessoais, uma vez que pode ser possível identificar indivíduos por meio dos dados remanescentes, mesmo que anonimizados, e às informações sensíveis, como origem étnica, racial, religiosidade, sexualidade, entre outras (Hardy; Maurushat, 2017). Já as questões de legado e interoperabilidade dizem respeito à integração e combinação de conjuntos de dados de diferentes fontes, órgãos e sistemas, processos que demandam grande esforço técnico e organizacional (Bargh; Choenni; Meijer, 2017).

No Brasil, a discussão sobre a implementação de um sistema nacional de estatísticas oficiais de criminalidade persiste ao longo de décadas. Uma das iniciativas mais notáveis relacionadas a esse tema é o relatório publicado pela Fundação João Pinheiro (1987). Encomendado pelo Ministério da Justiça, o documento apresentava, após uma discussão conceitual acerca dos problemas da construção de indicadores sociais e uma análise de experiências internacionais relacionadas a estatísticas oficiais de criminalidade, um modelo de sistema, incluindo as condições de implementação organizacional.

Atualmente, mesmo sem a concretização de um sistema nacional de estatísticas oficiais de criminalidade, existem sistemas nacionais voltados à segurança pública, como Infoseg, Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen), além do Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Batitucci (2022) relata que apesar da

evolução na produção de dados, na formulação de instrumentos de coleta, e nos processos de preenchimento e fornecimento de informações, ainda há muitas precariedades na produção de estatísticas criminais.

Uma das consequências dessa situação é o surgimento de tentativas não oficiais de contabilização de crimes. Lira, Caballero e Nascimento (2022) alertam que esse tipo de publicação, com dados levantados pela sociedade civil e frequentemente baseados na cobertura da mídia, pode apresentar vieses que afetam a compreensão real do fenômeno estudado. Por outro lado, há iniciativas que são referências na área, como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, viabilizado pela equipe técnica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Esse relatório só é possível graças à colaboração de servidores públicos, predominantemente policiais, interessados “[...] em contribuir para a consolidação da transparência como pressuposto do debate sobre segurança pública no país[...].” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020, p. 15). De qualquer forma, a descentralização dos dados criminais pode ser constatada na diferença na publicação dos dados pelas secretarias estaduais.

Enquanto algumas secretarias analisadas conseguiram superar um dos maiores desafios na divulgação de informações criminais, que é a comunicação qualificada, outras demonstraram que ainda precisam evoluir bastante nesse quesito. Segundo Lira, Caballero e Nascimento (2022, p. 303) a comunicação qualificada está diretamente relacionada à capacitação dos produtores das estatísticas, sendo essencial

[...] a formação de analistas criminais, aqueles agentes de segurança que trabalham na ponta, conhecem sua área de atuação e sabem interpretar números, gráficos e mapas, de maneira que essas estatísticas subsidiem suas tomadas de decisão.

Dentre os destaques positivos, encontram-se os estados de Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, que em seus portais fornecem painéis de visualização (*dashboards*), facilitando o acesso a informações e a compreensão do panorama criminal local, além de oferecerem acesso aberto aos dados históricos.

Para a diminuir ou mitigar os casos negativos identificados, há ações possíveis para melhorar a qualidade na comunicação das estatísticas e dados criminais. Inicialmente, destacam-se os pontos levantados por Figueiredo (2017) necessários para o aprimoramento da gestão da informação em segurança pública. Segundo a autora, é crucial criar mecanismos que garantam a continuidade de políticas vinculadas a cronogramas públicos, de forma independente do final das gestões. Além disso, é importante “[...] incluir as universidades e demais agências e atores especializados no trabalho com informações e indicadores no processo de elaboração da política de gestão da informação” (Figueiredo, 2017, p. 50).

Para uma melhoria que abranja todo o território brasileiro, destaca-se a padronização das estatísticas oficiais pelos estados, tornando o monitoramento e comparação entre indicadores criminais muito mais efetivo. Entretanto, essa padronização depende de normativas nacionais e da integração e automação de sistemas de informação (Lira;

Caballero; Nascimento, 2022). Por fim, como consequência do aumento na produção de relatórios e orientação sobre dados abertos, espera-se uma maior discussão pública sobre o tema, resultando em maior pressão por transparência e responsabilização sobre os órgãos governamentais (Hardy; Maurushat, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos portais das secretarias estaduais indica que a publicação, de forma aberta, dos dados sobre segurança pública no Brasil ainda tem muito a evoluir. Como visto, seis secretarias (menos de 23%) disponibilizam dados de forma que possam ser trabalhados e permitam análises mais profundas. Por outro lado, a apresentação de relatórios estatísticos se mostrou uma prática mais difundida, adotada por 21 das 27 secretarias analisadas (mais de 77%), embora estes relatórios não mantenham qualquer padrão de formato, dados, metadados ou diagramação. Esta falta de padronização impacta a possibilidade de análise global e integrada e impossibilita uma visão nacional do problema.

Ademais, a pesquisa revelou que poucos portais apresentaram seções específicas para tratar da violência doméstica, incluindo a violência contra mulheres, crianças ou adolescentes, o que dificultou a verificação da ênfase dada por essas secretarias a esses temas. Em contrapartida, foi constatado que quase 97% dos portais analisados possuem sistemas de notícias para a divulgação de informações sobre segurança e que quase 75% possuem ao menos um perfil em mídias sociais, indicando uma preocupação em manter a população informada sobre questões relacionadas à segurança.

Para pesquisas futuras, sugere-se o estabelecimento de critérios que permitam quantificar a qualidade dos portais. Para tanto, há instrumentos específicos disponíveis, como o proposto por Lechakoski (2015), que classifica a maturidade de sites de governo eletrônico. Além disso, a análise individual dos relatórios estatísticos disponibilizados pelas secretarias, se aprofundando no conteúdo, traria mais informações sobre como as estatísticas criminais são divulgadas. Por fim, a análise de conteúdo das notícias, bem como posts em mídias sociais, igualmente contribuiria para o entendimento de como as informações sobre segurança são transmitidas à população.

REFERÊNCIAS

ANDEREZ, D. O.; KANJO, E.; AMNWAR, A.; JOHNSON, S.; LUCY, D. The rise of technology in crime prevention: opportunities, challenges and practitioners perspectives, **Arxiv**, [s. l.], n. 2102, p. 1–19, Jan. 2021. Disponível em: <http://arxiv.org/abs/2102.04204>. Acesso em: 28 dez. 2023.

BARGH, M. S.; CHOENNI, S.; MEIJER, R. F. Integrating semi-open data in a criminal judicial setting. *In*: BARGH, M. S.; CHOENNI, S.; MEIJER, R. F. **ACHIEVING OPEN JUSTICE THROUGH CITIZEN PARTICIPATION AND TRANSPARENCY**. [S. l.]: **IGI Global**, 2017. p. 137–156. *E-book*. Disponível em: <https://www.igi-global.com/chapter/integrating-semi-open-data-in-a-criminal-judicial-setting/162839>. Acesso em: 28 dez. 2023.

BATITUCCI, E. C. As estatísticas de segurança, a Fundação João Pinheiro e a gestão pública. *In*: LIMA, R. S.; BARROS, B. W. (org.). **Estatísticas de Segurança Pública: produção e uso de dados criminais no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. p. 226–235. *E-book*. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/estatisticas-de-seguranca-publica-producao-e-uso-de-dados-criminais-no-brasil/. Acesso em: 28 dez. 2023.

CASEFF, G.; BALOGH, G. 1 a cada 3 diz ter sido vítima de agressão sexual na infância. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-social-mais/2022/08/1-a-cada-3-diz-ter-sido-vitima-de-agressao-sexual-na-infancia.shtml>. Acesso em: 28 dez. 2023.

CESARIO, E.; CATLETT, C.; TALIA, D. Forecasting crimes using autoregressive models. *In*: IEEE 14th Intl Conf on Dependable, Autonomic and Secure Computing, 14th Intl Conf on Pervasive Intelligence and Computing, 2nd Intl Conf on Big Data Intelligence and Computing and Cyber Science and Technology Congress, 14., 2016. **Anais [...]**. [S. l.]: IEEE, 2016. p. 795–802. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/7588936/>. Acesso em: 28 dez. 2023.

DESOUZA, K. C.; BHAGWATWAR, A. Citizen apps to solve complex urban problems. **Journal of Urban Technology**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 107–136, 2012.

FIGUEIREDO, I. A gestão de informações e o papel da Senasp. **Boletim de Análise Político-Institucional**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 47–51, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8073>. Acesso em: 28 dez. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. São Paulo: FBSP, ano 14, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo: FBSP, ano 16, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: FBSP, ano 17, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 28 dez. 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Indicadores Sociais Criminalidade**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1987. 168 p. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=43318>. Acesso em: 28 dez. 2023.

GRANVILLE, V. **Developing analytic talent: becoming a data scientist**. Indianapolis: John Wiley & Sons, 2014.

HARDY, K.; MAURUSHAT, A. Opening up government data for Big Data analysis and public benefit. **Computer Law and Security Review**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 30–37, 2017.

LECHAKOSKI, R. M. **Proposta de um instrumento para classificação de maturidade para sítios de governo eletrônico: um estudo nas prefeituras municipais das capitais do sul do Brasil**. 2015. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

LIRA, P.; CABALLERO, B.; NASCIMENTO, D. C. Informação qualificada a partir de estatísticas criminais oficiais: avanços e desafios nacionais e a experiência do Espírito Santo. *In*: LIMA, R. S.; BARROS, B. W. (org.). **Estatísticas de Segurança Pública: produção e uso de dados criminais no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. p. 298–309. *E-book*. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/estatisticas-de-seguranca-publica-producao-e-uso-de-dados-criminais-no-brasil/. Acesso em: 28 dez. 2023.

OPEN KNOWLEDGE BRASIL. **Por que “open”?** 2020. Disponível em: <https://ok.org.br/dados-abertos/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

TEMER, L. Brasil precisa enxergar a gravidade da violência sexual infantil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/08/brasil-precisa-enxergar-a-gravidade-da-violencia-sexual-infantil.shtml>. Acesso em: 28 dez. 2023.

TOMPSON, L.; JOHNSON, S.; ASHBYA, M.; PERKINS, C.; EDWARDS, P. UK open source crime data: Accuracy and possibilities for research. **Cartography and Geographic Information Science**, [s. l.], v. 42, n. 2, p. 97–111, 2015.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

